



O DESAFIO DE EDUCAR PARA A LIBERDADE

Adriana da Silva Rios Santos
Pedagogia
UFSJ
dripedagogia@gmail.com
Inquietações Freirianas

Partindo dos pressupostos da educação, através dos quais entendemos o ato de educar-se como um ato político, entendemos que a educação tem um papel ideológico, visto que está intrinsecamente ligada aos costumes, objetivos, organizações e principalmente às pessoas que constituem uma sociedade organizada democraticamente. Para entendermos essa postura, recorremos a Freire (2002) que reitera a questão da seguinte forma:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, às vezes maior do que pensamos. Da ideologia. É o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna "míopes".

Por este motivo, politizar-se ou tornar educador e educando como partes de um mesmo conjunto no qual ambos se identifiquem como sujeitos deste processo de conscientizar-se através da educação, tem sido um grande desafio para os profissionais da educação, nos dias atuais.

No âmbito escolar, é perfeitamente possível para nós profissionais, perceber a latente luta de classes que toma vulto nos corredores, salas e demais espaços de convivência dos atores do processo educacional. Muitas das chamadas atitudes indisciplinadas protagonizadas pelo aluno são fruto dessa questão, pois o educando não consegue enxergar no educador um igual, mas o vê como a parte repressora, chegando até mesmo a traçar comparativos entre o sistema educacional e o sistema prisional por causa dos horários e regras aos quais todos têm que cumprir.

Por sua vez, o educador tem que recorrer aos recursos e sanções punitivas adotadas pela escola como forma de alcançar seus objetivos, no que diz respeito aos planos de aula, planejamento bimestral, semestral e anual, supondo-se que este educador enxerga a educação sob o prisma da politização e conscientização, ou seja, uma formação para além dos processos pedagógicos com objetivos meramente acadêmicos, embora este também se encontre bastante deteriorado.

Por outro lado, há várias exigências de cumprimento das especificidades das leis e decretos originados nas Secretarias de Educação, e que atingem todos os envolvidos no



processo educacional, tornando a atuação de professores, supervisores, vice-diretores, diretores, analistas, inspetores, e demais profissionais de esferas mais próximas da secretarias de educação, como por exemplo a Resolução 2.197/12, que vigora nas escolas públicas estaduais regulares atualmente, e cujas questões como progressão parcial, reclassificação e restrições para reprovação em Educação Física e Artes não atendem aos anseios dos profissionais, mas deixam lacunas no processo educacional, acumulando frustrações e aumentando o desgaste destes.

No que diz respeito à Educação Continuada, a Resolução SEE 2.943/2016 modificou alguns aspectos do ensino no que diz respeito ao processo pedagógico quanto à pontuação e à carga horária. Estas modificações incomodam alguns alunos mas do ponto de vista pedagógico, nós profissionais avaliamos como benéficas.

Essas são algumas questões inerentes à práxis presente nos estabelecimentos de ensino no âmbito da educação básica, que trazem algumas inquietações para o profissional comprometido com a educação e que espero que sejam relevantes para as discussões deste II Colóquio Paulo Freire e a Pesquisa em Educação.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 2002. Disponível em: WWW.SABOTAGEM.REVOLT.ORG